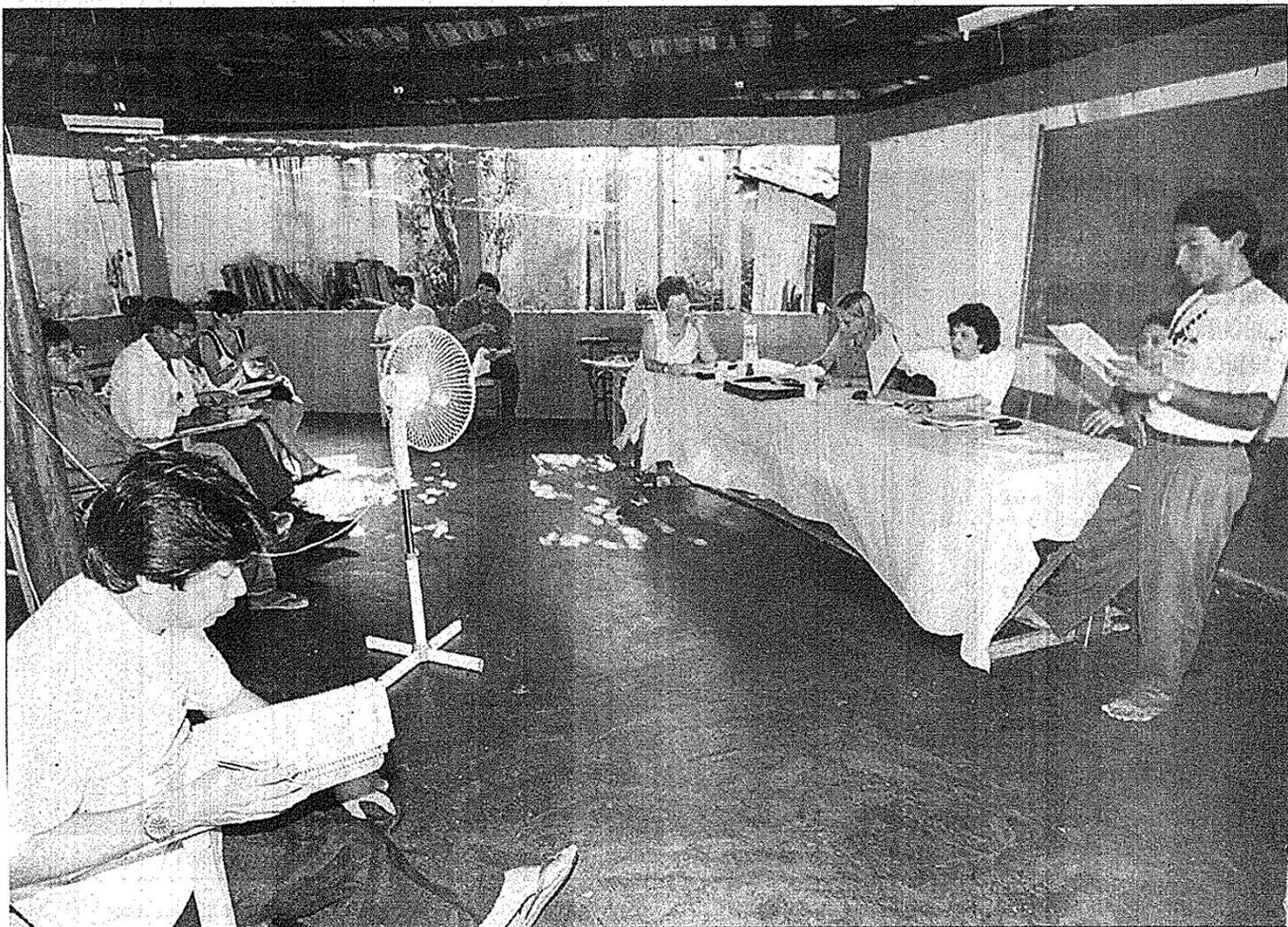


RECURSOS NATURAIS

Fotos: Alberto César Araújo



AUTONOMIA

Na reunião de ontem, os representantes de nove Estados disseram que não aceitam receitas prontas para cuidar de seus interesses

Líderes dizem que vão administrar o projeto

REPRESENTANTES DE TRIBOS AMAZÔNICAS QUEREM GERIR A AJUDA FINANCEIRA ORIUNDA DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS

ANA CÉLIA OSSAME

As lideranças indígenas da região amazônica não aceitam receitas prontas de propostas para definir o Projeto Demonstrativo Indígena (PDI), um dos que vão receber parte dos recursos de 20 milhões de marcos alemães, equivalentes a US\$ 15 milhões, do Programa

Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O recado foi dado ontem à secretária da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Mary Allegretti, em documento aprovado por representantes indígenas de nove Estados amazônicos, em reunião realizada na sede do órgão em Manaus.

Os índios questionam, por exemplo, a orientação do Governo alemão de excluir do financiamento projetos ligados ao extrativismo mineral e de madeira e querem deixar as Organizações Não-Governamentais (ONGs) fora do PDI.

"Nós estamos propondo que o PDI se transforme num projeto de política pública para as áreas indígenas e que esse projeto seja discutido e definido pelos próprios índios", afirmou Euclides Pereira, 35, da

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

O PDI, segundo ele, nasceu das solicitações das organizações indígenas por causa das dificuldades enfrentadas para obter financiamento por meio do Programa Demonstrativo A (PD/A), outro componente do PPG-7.

PLANO DE MANEJO

De acordo com Euclides, os índios têm projetos para exploração mineral e de madeira de forma racional, com plano de preservação e manejo, por isso discordam da orientação dos técnicos de Brasília. Várias comunidades têm expectativa de beneficiar produtos florestais porque precisam de autonomia financeira para sobreviver, garante.

Eles questionam também a proposta de contratação de pessoal que esteja na lista de cadastro do MMA. "Nós temos pessoal capacitado para propor e executar os projetos junto com as associações e comunidades indígenas e de ribeirinhos não só na Amazônia Legal, mas também na Mata Atlântica", afirmou.

As lideranças sugerem, inclusive, um organograma para o PDI, com coordenadoria escolhida pelas organizações, com discriminação dos cargos a serem ocupados pelos indígenas.

As ONGs devem ficar apenas no papel de assessoria, justifica o coordenador, lembrando que em algumas áreas, estas entidades não disseram ainda a que vieram e por isso não contribuem com a luta dos índios.

Indicação de servidoras é rejeitada

Dezoito lideranças indígenas do Estado assinaram um documento a ser encaminhado ao coordenador regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Evandro Melo, reafirmando a não-aceitação da indicação da servidora Janicley Reis Mendonça para coordenar o distrito sanitário especial indígena de Parintins (a 325 quilômetros de Manaus) e de Maria Izabel Pessôa Figueiredo para a Casa do Índio, do mesmo Município.

O coordenador do Conselho Geral das Tribos Saterés-Maués (Cgtsm), Obadias Batista Garcia, 38, afirmou que se a Funasa mantiver a indicação deverá criar constrangimentos, porque há uma forte rejeição a Janicley e a Maria Izabel, que foi afastada recentemente daquele órgão.

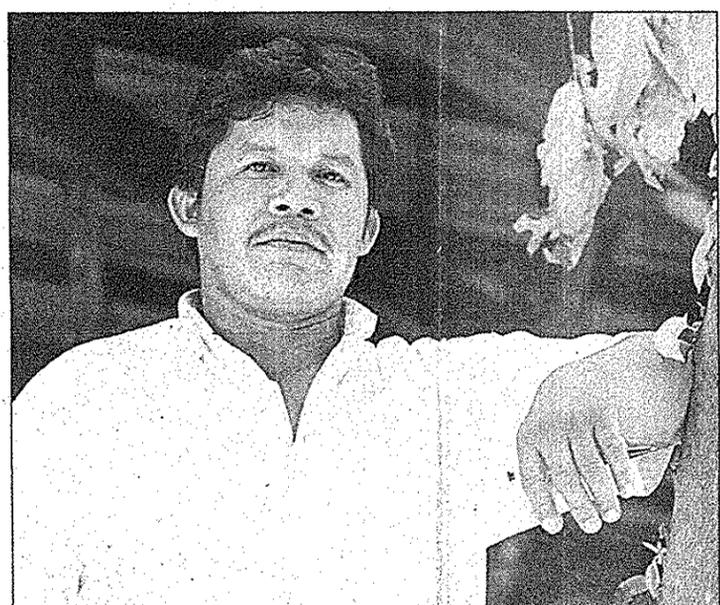
"Ela pensa e age contra os interesses dos índios", afirmou Obadias, explicando que isso só vem reforçar o preconceito e a discriminação que os índios já sofrem naturalmente dos brancos. Segundo Obadias, no início deste mês as lideranças conseguiram

descartar a nomeação da servidora Maria Izabel Figueiredo para a coordenação do distrito, pelos mesmos motivos que reivindicam o afastamento de Janicley. "Nós precisamos de pessoas que conheçam a problemática indígena e estejam interessadas em resolver problemas, e não criar outros piores", assegura.

CONFLITO

Obadias afirma que após reunião das lideranças no dia 6 deste mês com a diretoria da Funasa, na qual foram pedidas providências com relação às reivindicações, Janicley realizou reuniões na Casa do Índio, mas até agora não se apresentou aos nativos e ainda se indisputa com o tuxaua geral da tribo sateré-maué, José Miquiles.

Segundo o líder indígena, depois do afastamento de Maria Izabel, da Casa do Índio, o atendimento melhorou bastante. Houve melhora na oferta dos serviços médicos e até na alimentação. "Ela deixava os pacientes até sem medicamento, fato que não vinha



CONTRA

Obadias diz que há rejeição da tribo às nomeações

acontecendo após o seu afastamento", explicou.

O coordenador da Funasa, Evandro Melo, não foi encontrado ontem pela reportagem. Ele

estava em Brasília, mas deve chegar hoje a Manaus. Janicley foi procurada na Casa do Índio em Parintins, pelo telefone 533-1196, mas também não foi localizada.



CONFIANÇA

Mary diz acreditar na conscientização dos índios

Secretária elogia

A atitude dos índios com relação ao PDI não surpreendeu a secretária da Amazônia Legal do MMA, Mary Allegretti, 51. Ela disse que a decisão de querer estar à frente dos projetos de interesses deles demonstra o nível de conscientização dos indígenas. "Vou levar e defender as propostas deles para o ministério", afirmou.

Mary disse ter escutado as discussões e propostas de todos os representantes com o objetivo de

adequar o programa à realidade indígena. "Para mim, que já trabalho nessa área há 20 anos, não há surpresa com a iniciativa", afirmou ela, que, no entanto, admite que pode haver resistências dentro do órgão governamental. Essa resistência, explica a secretária, é resultado do desconhecimento ou falta de assimilação das propostas dos índios, mas ela vai atuar como facilitadora para negociar as propostas das lideranças indígenas.